

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA – CÂMPUS ARARANGUÁ-SC**

CLAIRZA NASCIMENTO DOS SANTOS

**PRÁTICAS DE LEITURA DE ALUNOS DA EJA EM PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE DO PRESÍDIO REGIONAL DE ARARANGUÁ-SC**

**Araranguá
2011**

CLAIRZA NASCIMENTO DOS SANTOS

**PRÁTICAS DE LEITURA DE ALUNOS DA EJA EM PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE DO PRESÍDIO REGIONAL DE ARARANGUÁ-SC**

Monografia apresentada ao Programa de Pós- Graduação *Lato Sensu* em Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), do Instituto Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação PROEJA.

Orientador: Prof. Me. Samuel Costa

**Araranguá
2011**

Ficha Catalográfica

S237p Santos, Clairza Nascimento dos

Práticas de Leituras de Alunos da EJA em Privação de Liberdade do Presídio Regional de Araranguá – SC.

46 f.

Possui gráficos.

Monografia (Especialização) – Instituto Federal de Santa Catarina, Araranguá, 2011.

Samuel Costa (Orient.).

1. Privação de Liberdade – EJA 2. Leitura - PROEJA I. Título.

CDD 374.22

Catalogado na Fonte por:
Cristiane Rodrigues da Silva – CRB14/1148
Biblioteca do IF-SC – Campus Araranguá

AGRADECIMENTOS

Ao professor Me. Samuel Costa pela orientação neste trabalho.

Às professoras Dra. Suzy Pascoali e Me. Rosabel Bertolin Daniel, coordenadoras do curso, sempre muito atenciosas com todos os alunos.

Em especial à Dra. Maria Clara Kaschny Schneider, Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

Ao Instituto Federal pela viabilização do curso.

À diretora Bárbara dos Santos de Souza por permitir a realização da presente pesquisa nas dependências do Presídio Regional de Araranguá.

Aos alunos da EJA do Presídio Regional de Araranguá por terem concordado em participar desta pesquisa.

A todos os professores do curso pelo aprendizado e pela oportunidade de perceber a importância social da EJA.

Aos colegas de especialização da turma 2009.

Um agradecimento mais do que especial a minha mãe e filhos, por estarem comigo neste momento, muita vezes de ausência e impaciência, para poder desenvolver o trabalho de forma eficaz.

Obrigada a todos.

RESUMO

(Práticas de leitura de alunos da EJA em privação de liberdade do Presídio Regional de Araranguá, SC). A EJA é uma modalidade de educação voltada para jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria. O PROEJA visa oferecer oportunidades educacionais que integrem a educação básica a uma formação profissional para jovens e adultos. A prática de leitura para os educandos da EJA é de suma importância uma vez que irá desenvolver o senso crítico dos mesmos. O objetivo deste trabalho é conhecer as práticas de leitura de alunos da EJA em situação de privação de liberdade do Presídio Municipal de Araranguá (SC), como subsídios para o desenvolvimento dessa atividade nas aulas dos cursos de PROEJA que ocorram nas mesmas condições. O trabalho foi desenvolvido através da aplicação de um questionário com 13 questões fechadas para 20 detentos do Presídio Regional de Araranguá – SC. A maioria dos educandos leem livros religiosos, com frequência de uma vez por semana, sendo que nos últimos seis meses a maioria leu quatro ou mais livros e quase todos se consideram bons leitores. 60% dos alunos acreditam que a leitura proporciona conhecimento, leem bula de remédio como leitura obrigatória e são incentivados pelos professores a ler. Eles entendem o contexto da leitura quase sempre e tem a sua prática de leitura prejudicada pelo barulho e ruídos. Pensando em ações futuras para o ensino da prática de leitura na EJA carcerária é necessário inteirar os educandos da importância do ato de ler e do processo histórico de construção de saberes que a leitura causa em suas vidas ampliando assim as suas possibilidades de conhecimento e satisfação.

Palavras-chaves: Privação de liberdade, EJA, leitura, PROEJA.

ABSTRACT

(Reading practices of adult education students in deprivation of liberty at the Regional Prison in Araranguá, SC). The EJA program is a form of education for youth and adults who did not have access or continuity to their studies at the proper age. The PROEJA aims to provide educational opportunities that integrate basic education to vocational training for youth and adults. The practice of reading for students of adult education is of great importance as it will develop their critical sense. The objective of this study is to know the reading practices of adult education students in a situation of freedom restriction at the Regional Prison in Araranguá (SC), such as subsidies for the development of this activity in classes of PROEJA programs that occur under the same conditions. The study was conducted by applying a questionnaire with 13 closed questions for 20 prisoners from the Regional Prison of Araranguá - SC. Most students read religious books, with a frequency of once per week, and in the last six months or more most read four books and almost all consider themselves to be good readers. Sixty per cent of students believe that reading provides knowledge, they read package inserts as obligatory reading and are encouraged by teachers to read. They understand the context of reading and almost always have their reading practice disturbed by noise. Concerning future actions for the teaching of reading practice in adult education programs offered inside prisons, it is necessary to let learners know the importance of the act of reading, and of the historical process of knowledge building that reading causes in their lives, hence broadening their chances of expanding knowledge and satisfaction.

Keywords: Deprivation of Liberty, EJA (Youth and Adult Education), reading, PROEJA (Youth and Adult Education Integrated to Professional Education)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipos de materiais que os alunos costumam ler.....	29
Figura 2 – Frequência com que os alunos leem.....	30
Figura 3 – Quantidade de livros lidos nos últimos seis meses pelos alunos.....	30
Figura 4 – Quantidade de alunos que se consideram bons ou maus leitores.....	31
Figura 5 – Benefícios que a leitura proporciona na visão dos alunos.....	32
Figura 6 – Motivações dos alunos para realizarem a prática de leitura.....	33
Figura 7 – Leituras que os alunos realizam por necessidade.....	34
Figura 8 – Pessoas que motivam os alunos a lerem.....	35
Figura 9 – Dados referentes ao ato de discutir e trocar ideias com outras pessoas em relação às leituras que realizam.....	36
Figura 10 – Dados referentes ao entendimento do contexto da leitura pelos alunos.....	36
Figura 11 – Fatores que dificultam a compreensão da leitura pelos alunos.....	37
Figura 12 – Opinião dos alunos sobre a biblioteca e o acervo encontrados no Presídio Regional de Araranguá.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS

CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.
CEB – Câmara de Educação Básica.
CNE – Conselho Nacional de Educação.
CNEA – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.
Confitea – Conferência Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos.
EJA – Educação de Jovens e Adultos.
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina.
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas em Educacionais.
LDB – Lei de Diretrizes e Bases.
MEC – Ministério da Educação.
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
PEI – Programa de Educação Integrada
PNE – Plano Nacional de Educação
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SETEC – Secretária da Educação Profissional e Tecnológica.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
1.1 Objetivos.....	08
1.1.1 Objetivo geral.....	08
1.1.2 Objetivos específicos.....	08
2 REVISÃO DE LITERATURA	09
2.1 A Educação de Jovens e Adultos.....	09
2.2 O PROEJA.....	13
2.3 Educação carcerária.....	18
2.4 Prática da leitura	22
3 METODOLOGIA	26
3.1 Presídio Regional de Araranguá – breve histórico.....	26
3.2 Participantes.....	28
3.3 Instrumento de pesquisa	28
3.4 Análise dos dados.....	28
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
6 REFERÊNCIAS	41
ANEXOS	46

1. INTRODUÇÃO

A leitura capacita o leitor a ter uma percepção da vida como indivíduo, sua manifestação como cidadão e a percepção do mundo ao seu redor. A leitura é de extrema importância para o processo de libertação e construção do perfil do indivíduo, fazendo com que ele se relacione e interaja com o mundo ao seu redor. É o meio pelo qual o cidadão pode refletir e expressar sua convicção e opinião, de acordo com suas necessidades e os interesses socioeconômicos vigentes (LOPES, 2011).

“A leitura permite ao leitor posicionar-se no mundo e, para intervir no mundo, o indivíduo não pode ser considerado um mero reproduzidor dos conhecimentos existentes e sim, sujeito da ação” (RANGEL, 2005 apud LEMÔNS, 2009).

Pesquisas a respeito dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita vêm comprovando que a estratégia necessária para um indivíduo se alfabetizar não é a memorização, mas a reflexão sobre leitura e escrita. Essa constatação pôs à prova uma antiga crença, na qual a escola apoiava suas práticas de ensino, e desencadeou uma revolução conceitual, uma mudança de paradigma (RAMOS; OLIVEIRA, 2011). Assim, o letramento surge segundo Magda Soares (2000, p.67) com a concepção “Não basta saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente”.

Os alunos da EJA às vezes encontram muitas dificuldades de exercerem a leitura e a escrita, principalmente em uma unidade escolar que funciona em instituição de execução penal (presídio). Isso ocorre devido ao fato de eles se encontrarem fora de sala de aula há vários anos e que retomaram seus estudos em condições de privação de liberdade.

Porém, a escola precisa oportunizar melhoria de vida para esses alunos, que embora estejam privados de liberdade, não estão do direito à educação. Uma das maneiras de isso ocorrer pode ser por meio de práticas de leitura e escrita, que os preparem para uma vivência mais fácil em sociedade.

A prática da leitura poderá contribuir para tirar da ociosidade uma boa parte da população carcerária, levando-a à sala de aula, não como privilégio, mas sim, como uma proposta que responde ao direito de todos à educação e atender aos interesses da própria sociedade (LUZ, 2010).

Na última década a Educação de Jovens e Adultos tem sido alvo de reflexão para muitos pesquisadores, o que tem proporcionado aos educadores que trabalham nessa área a

reavaliação de suas práticas. Entretanto, ainda perduram dificuldades por parte dos educadores em relação à questão de como trabalhar com sucesso a leitura e a escrita (RAMOS; OLIVEIRA, 2011). Foi baseado nesta premissa que procuramos desenvolver esta pesquisa abordando as prática e leitura de educação de jovens e adultos privados de liberdade, para que assim possa servir como subsídios para cursos PROEJA que ocorram nesta mesma situação.

É de suma importância para investigar as práticas de leitura da população carcerária do Presídio Regional de Araranguá (SC), uma vez que fornecerá subsídios para que esta prática possa ser desenvolvida de forma efetiva e eficaz nos cursos de Educação de Jovens e Adultos e PROEJA, realizados com os alunos em privação de liberdade.

Assim, a presente pesquisa irá contribuir para saber como os alunos da EJA do sistema prisional exercem a prática de leitura, como Custódio (2000; p.11) nos preconiza “a leitura é um dos principais fatores para a aquisição de conhecimento, pois é mais importante a leitura que a escrita, porque é através dela que o homem adquire cultura”.

Essa pesquisa ainda cumprirá o papel de suprir a escassez de material bibliográfico sobre a prática de leitura de alunos da EJA em situação de privação de liberdade.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo geral

Conhecer as práticas de leitura de alunos da EJA em situação de privação de liberdade do Presídio Municipal de Araranguá (SC), como subsídios para o desenvolvimento dessa atividade nas aulas dos cursos de PROEJA que ocorram nas mesmas condições.

1.1.2. Objetivos específicos

- Analisar qual o material que os alunos em questão costumam ler e com que frequência leem.
- Saber a importância da leitura no aprendizado e no cotidiano dos alunos pesquisados.
- Conhecer a percepção dos alunos analisados sobre a leitura e a sua importância.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. A Educação de Jovens e Adultos - EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) não é recente no país, ela passou a figurar em território brasileiro desde o Brasil colônia, com o sistema educacional fundado pelos Jesuítas que precisavam catequizar os adultos para as causas da santa fé e da aculturação sistemática dos nativos (PILETTI, 1988 apud GENTIL, 2003).

A Constituição Imperial de 1824 reservava a todos os cidadãos a instrução primária gratuita, porém, a titularidade de cidadania era restrita às pessoas livres, saídas das elites que poderiam ocupar funções na burocracia imperial ou no exercício de funções ligadas a política e trabalho imperial (SALDANHA, 2009; p. 01).

No entanto, a educação básica de adultos fixou raízes sólidas na história educacional do Brasil a partir da década de 30, quando de fato começou a se consolidar um sistema público de educação e a sociedade passava por grandes transformações de desenvolvimento, que deixou de ser rural e passou a ser industrial e urbana e com isso surgindo, então, a necessidade de haver certo domínio de conhecimento e algumas habilidades de trabalho, de modo que a escola assumiu então o ofício de educar para a vida e para a aprendizagem do trabalho. Porém, o ensino era de baixa qualidade e com pouca duração deixando claro que o maior interesse do Governo era somente alfabetizar as camadas populares menos favorecidas com o intuito de aprender a ler e escrever. (RIBEIRO, 2001).

Na década de 1940 houve consideráveis mudanças na educação de adultos, com iniciativas políticas e pedagógicas de peso, como a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino do INEP, o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo e o lançamento da CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (SALDANHA, 2009).

Na década de 40 foi importante para a educação de jovens e adultos, uma vez que a educação da população foi necessária para que houvesse o desenvolvimento do Brasil, sendo então necessária a formação de mão-de-obra que acompanhasse o crescimento das indústrias (PAIVA, 1975 apud GENTIL, 2003),

No ano de 1947, foi lançada a campanha de educação de adultos, que pretendia num primeiro momento a alfabetização em três meses para num segundo momento volta à capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Essa campanha fez com que houvesse uma reflexão e debate em torno do analfabetismo no Brasil, reconhecendo o adulto analfabeto como ser produtivo, capaz de pensar e resolver seus problemas, ainda inspirando o Ministério da Educação a produzir materiais didáticos específicos para o ensino da leitura e da escrita dos adultos (SALDANHA, 2009).

Na década de 1950 foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) que objetivava muito mais que a simples alfabetização dos jovens e adultos. Desta forma, durante este acontecimento dever-se-ia dar mais prioridade para a educação de crianças e jovens e uma grande atenção ao analfabetismo. Mas isso ocorreu devido ao fato do governo entender que o analfabetismo como a causa e não o efeito da situação econômica, social e cultural em que o país de encontrava (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Em meados dos anos de 1960, Paulo Freire defendeu e propôs uma educação de adultos que estimulasse o desenvolvimento social e político do povo, a partir de uma visão crítica do mundo que ofereceria ao educando uma formulação original do meio em que vive. (RIBEIRO, 2001).

Vale lembrar que os trabalhos de educação popular e as propostas para a alfabetização de adultos, realizadas nos anos 1960 e empreendidas por intelectuais, foram inspirados nas ideias de Paulo Freire, mais especificamente na sua obra conhecida como Pedagogia do Oprimido.

Freire elaborou uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora, cujo princípio se baseava num entendimento maior do mundo que os rodeava algo que ele chamava de “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”, tendo como objetivo, antes mesmo de iniciar o aprendizado da escrita, levar o educando a assumir-se como sujeito de sua aprendizagem. (PAIVA, 1973 apud GENTIL, 2003)

Com o golpe militar de 1964, os programas de alfabetização foram vistos como algo que poderia ameaçar à ordem nacional. Isso fez com que o Governo em 1967 assumisse o controle dos programas de alfabetização, surgindo assim o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização (SANT’ANNA, 2010; STRELHOW, 2010). Por meio desse movimento o governo militar e ditatorial poderia controlar tudo o que era ensinado a esses jovens e adultos.

Ribeiro (2009) relata que o Mobral era uma organização desvinculada do Ministério da educação que se lançou como uma grande campanha de alfabetização. Para tanto, foram instaladas comissões municipais que eram responsáveis pela execução das atividades desse movimento, porém a orientação e supervisão pedagógica e a produção de materiais didáticos ficaram centralizadas. Desta forma, as orientações metodológicas e os materiais didáticos do Mobral reproduziram muitos procedimentos consagrados nas experiências de início dos anos 60.

Ainda segundo o autor acima citado, na década de 1970 o Mobral cresceu por todo o território nacional, fazendo com que surgissem várias frentes de atuação, dentre as quais se destacou o PEI – Programa de Educação Integrada, “que correspondia a uma condensação do antigo primário”. (RIBEIRO, 2009)

O Mobral foi extinto no ano de 1985, sendo seu lugar ocupado pela Fundação Educar, que não executava diretamente os programas, passando a financiar e a apoiar as iniciativas de governos, entidades civis e empresas a ela conveniadas que buscassem a alfabetização de jovens e adultos. (RIBEIRO, 2001)

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal que garantiu avanços na área da educação. Um grande marco da Constituição foi o de garantir a Educação como direito de todos independente da idade, cor, credo ou condição social. Com essa atitude a Constituição garantiu pela primeira vez que os jovens e adultos tivessem o direito à educação. Em seu artigo 205 a Constituição preconiza que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988; p.136).

No artigo 208 a Constituição Federal nos deixa claro que:

O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988; p.137).

Outro grande passo legal no tocante à educação de jovens e adultos foi a promulgação da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases) nº 9.394/96, no ano de 1996. Pela primeira vez uma lei faz referência explícita à modalidade da EJA, trazendo um significativo ganho à Educação de Jovens e Adultos.

Assim, o Título III, artigo 4º da LDB preconiza que:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação pública será efetivado mediante a garantia de: [...]

VII – oferta de educação escolar regular para **jovens e adultos**, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1996; p.2)

E no seu artigo 5º a LDB nos diz que:

Art. 5º. O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupos de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo. [...]

I – recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso... (BRASIL, 1996; p.2).

A EJA é uma modalidade de educação voltada para jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria.

A educação de jovens e adultos se constituiu muito mais como produto da miséria social do que do desenvolvimento. É consequência dos males do sistema público regular de ensino e das precárias condições de vida da maioria da população, que acabam por condicionar o aproveitamento da escolaridade na época apropriada (HADDAD, 1992; p.3).

Haddad (1992) assinala que a EJA é uma modalidade de ensino voltada para jovens e adultos que apresentam uma condição financeira desprivilegiada e que pertencem a uma camada mais popular da sociedade. Ela afirma ainda que, esses indivíduos são bastante comuns em sociedades de países subdesenvolvidos, uma vez que foram excluídos do desenvolvimento e do processo educacional.

De acordo com o parecer CEB/CNE nº11/2000) a EJA é muito mais que uma simples modalidade educacional, ela é na realidade uma dívida da sociedade para com esses indivíduos. Dívida esta que deve ser reparada, fazendo com que todos tenham acesso à escola e desenvolvam o domínio da escrita e leitura, para que assim possam ter uma identidade social que por vezes não chega a ser forma.

Cury (2000) considera a EJA não como a simples reprodução resumida e aligeirada, mas como modalidade específica da educação escolar, pois a educação escolar é a reforma de educação mais organizada e elevada de acesso ao conhecimento e à cultura.

Brasil (2000), destaca que a EJA deve desempenhar as funções reparadora, equalizadora e qualificadora.

Reparadora: que não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado, o direito a uma escola de qualidade, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante.

Equalizadora: relaciona-se à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. A equidade é a forma pela qual os bens sociais são distribuídos, tendo em vista maior igualdade, dentro de situações específicas. Nessa linha a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.

Qualificadora: se refere à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode ser atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais que uma função é o próprio sentido da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2000; p.: 07;09 e 11).

Britto (2010) salienta que para que as funções da EJA se efetivem é importante que ela seja concebida com seus próprios processos pedagógicos, onde as atividades desenvolvidas no seu âmbito possam garantir a efetiva aprendizagem de jovens e adultos. Enfim, as principais atitudes da EJA devem sempre procurar reparar uma dívida inscrita em nossa história social e na vida de tanto indivíduos, igualar as oportunidades e propiciar a todos a atualização de conhecimento por toda a vida.

Nessa concepção, a educação de adultos não pode ser só pensada como recuperação de algo não aprendido no momento adequado, pois o adulto busca a escola para ter conhecimentos importantes no momento atual em que vive, que lhes permitam desenvolver e construir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e o reconhecimento do outro como sujeito (BRASIL, 2000).

Em janeiro de 2003 o MEC anunciou que a alfabetização/educação de jovens e adultos seria uma prioridade do Governo Federal. Para isso, foi criada a Secretaria Extraordinária de erradicação do Analfabetismo e o Programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribuiria com os órgãos públicos Estaduais e Municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos para que desenvolvam ações de alfabetização. (SALDANHA, 2009; p.1).

Como direito de cidadania, a EJA deve ser um compromisso de institucionalização como política pública própria articulada entre as diversas esferas governamental e com a sociedade civil. Somente assim a EJA poderá cumprir as suas três funções básicas, como obrigação regular, contínua e articulada dos sistemas de ensino municipais, estaduais e federais em colaboração recíproca.

2.2. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA

Originário do Decreto nº. 5.478 de 24 de junho de 2005 e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA expôs a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio.

O PROEJA tem suas bases lançadas com o Decreto nº. 5.154/2004 que nos diz:

(...) Art. 1º. A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I. formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II. educação profissional técnica de nível médio e,
- III. educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação...

Tal instrumento surge num contexto de luta pela superação da histórica divisão entre a formação profissional e educação geral, divisão esta que tem sua expressão maior no nível médio da educação básica que foi consagrada pelo Decreto nº. 2.208/1997, do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que separou radical e formalmente o ensino técnico da formação geral básica.

O Decreto nº. 2.208/1997 surgiu para não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar de forma fragmentada e aligeirada da educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado (FRIGOTTO et al., 2005; p.1092).

No ano de 2004, no governo Lula, o Decreto nº. 5.154/2004 revogou o Decreto nº. 2.208/97. O Decreto nº. 5.154/04, que revogou o nº. 2.208/97, surge num contexto em que as forças mais progressistas assumem o Governo central e, expressa um processo polêmico dentro desse mesmo Governo, que “não se coloca uma pauta de mudanças estruturais, pelo contrario, ele é a expressão de um bloco heterogêneo dentro do campo da esquerda e com alianças cada vez mais conservadoras”. É de grande valia salientar ainda, que esse Decreto foi um compromisso do Governo Lula com os educadores progressistas, a escola consoante com seu Plano de desenvolvimento Institucional (PDI)/2006, que possibilita a oferta do curso integrado e reinicia a oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio integrada ao

ensino médio no turno diurno, mantendo a modalidade de concomitância externa no noturno (FRIGOTTO et al., 2005).

Apesar do Decreto n.º. 2.208/97 ter sido revogado, é importante dizer que o mesmo ao regulamentar o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da LDB, define que “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este. Dessa forma, ficou impossibilitada a oferta do ensino técnico articulado ao ensino médio (NESSRALLA, 2009).

Um ano após a promulgação do Decreto n.º. 5.154/04, o presidente resolve mais uma vez por decreto, instituir o PROEJA, no âmbito restrito das instituições federais vinculadas à educação profissional forçar a implementação de uma Educação Profissional Integrada à Educação Básica, para jovens e adultos, aligeirados, prevendo carga horária máxima de 1.600 horas para a formação inicial e continuada e 2.400 horas para o ensino médio integrado.

Em 2006 o governo Lula faz alguns ajustes ao Programa, por meio do Decreto n.º. 5.840/06, revogando o Decreto anterior e contemplando parcialmente a parcela mobilizada das instituições federais de educação profissional. Esse novo Decreto dá a possibilidade de articulação entre a formação geral e profissional em outras instituições para além do âmbito federal; estabelece cargas horárias mínimas, suprime as “saídas intermediárias” e amplia as possibilidades de valorização dos saberes e experiências dos trabalhadores fora do espaço escolar (VERSIEUX, 2009).

O Decreto n.º. 5.840/06 possibilita a oferta da modalidade concomitante, não estipula a idade mínima para acesso aos cursos do PROEJA e as diretrizes da EJA colocam 15 anos como a idade mínima para a matrícula no ensino fundamental. Assim, não é vedado o acesso de jovens entre 15 e 17 anos, porém, deve-se observar que a proposta do Programa, está voltada, prioritariamente, para um público com mais idade. Mas a possibilidade de atendimento a jovens nessa faixa etária deve ser cuidadosamente avaliada, principalmente para atendimento de públicos específicos como, por exemplo, adolescentes em conflito com a Lei, em regime de internação (BRASIL, 2007a).

Assim, Carniel (2009) salienta que através deste Decreto acima citado, os cursos e programas do PROEJA devem considerar as características dos jovens e adultos atendidos, visando elevar o nível de escolaridade dos trabalhadores. O Programa visa proporcionar uma formação integral, baseado em seis princípios específicos:

- a inclusão da população nas oportunidades ofertadas;

- consiste na inserção orgânica da modalidade EJA, integrada à educação profissional nos sistemas públicos;
- ampliação do direito à educação básica pela universalização do ensino médio;
- compreensão do trabalho como princípio educativo;
- estabelece que a pesquisa deve ser um dos fundamentos da formação do sujeito, pois é através dela que a autonomia intelectual dos educando é construída e;
- considera as condições geracionais, de gênero, de relações étnicas como fundantes da formação humana e das formas de produção das entidades sociais.

Conforme a própria nomenclatura expressa, o PROEJA visa oferecer oportunidades educacionais que integrem a educação básica a uma formação profissional (MOURA, 2006).

A cada dia aumenta a demanda social por políticas públicas perenes nessa esfera e, tais políticas devem pautar o desenvolvimento de ações baseadas em princípios epistemológicos que resultem em um corpo teórico bem estabelecido e que respeite as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas do adulto em situação de aprendizagem escolar (CABELLO, 1998 apud MOURA, 2006; p.01).

O PROEJA é apresentado para a sociedade com duas finalidades bem marcantes, a de sanar a descontinuidade e o caráter voluntário que muitas vezes caracterizam o ensino da EJA em nosso país. Com a integração da educação básica à educação profissional, pretende-se que ocorra a interação social e econômica dos indivíduos dessa modalidade de ensino (MOURA, 2006).

No entanto, o referido programa irá enfrentar muitos desafios para atingir seus objetivos, dentre os quais procurará juntar em uma única modalidade de ensino a educação básica, o ensino profissionalizante e a EJA, fazendo com que caminhem numa única direção e em busca de um propósito único.

Para Nessralla (2009) um dos maiores objetivos do PROEJA é conceber a EJA como uma política pública de educação continuada, que vise à elevação da escolaridade juntamente com a profissionalização. Para tanto, é importante que ocorra a universalização da educação básica juntamente com a educação profissional, onde os educandos da EJA se sintam acolhidos e encontrem um espaço onde a educação seja humanizadora e que ocorra ao longo da vida desses indivíduos.

Uma questão também importante para o PROEJA, é pensar os seus sujeitos além dos bancos escolares, além da condição escolar, pois o trabalho, por exemplo, é de suma importância na vida dessas pessoas devido à condição social que muitos se encontram. Muitas

vezes, é por meio do trabalho que muitos retornarão à escola ou nela permanecer, como também valorizar questões culturais que podem ser potencializadas na abertura de espaços de diálogo, troca, aproximação, resultado e interessantes aproximações entre jovens e adultos (FRANCO; SILVA, 2008).

Os cursos do PROEJA são oferecidos da forma presencial, tendo em vista a necessidade do trabalho coletivo, do incentivo do docente e a atuação dos jovens e adultos na construção das relações entre os sujeitos do processo educativo, utilizando diferentes tecnologias de informação e comunicação com recurso pedagógico. A opção por essa modalidade objetiva a reconstrução da trajetória educacional de jovens e adultos que por motivos diversos interromperam seus estudos (BRASIL, 2007a).

O PROEJA tem as funções reparadora, equalizadora e qualificadora e como princípios a inclusão da população de jovens e adultos nas ofertas educacionais da Rede Federal da educação Profissional e Tecnológica; a inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos, a ampliação do direito à educação básica, pela universalização do ensino médio, o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como fundamento da formação e as condições gerenciais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais (NESSRALLA, 2009).

Outro aspecto importante que deve ser observado para o sucesso do PROEJA é a formação e preparação do corpo docente, pois a formação dos mesmos, tanto inicial quanto continuada, constitui-se como elemento central.

O Documento Base do PROEJA de ensino fundamental (BRASIL, 2007 a; p.51) afirma que:

a formação continuada dos gestores, técnicos e docentes, deve ser realizada, objetivando, assegurar aos profissionais o aprimoramento para o exercício de suas funções, devendo garantir a (re) construção de conhecimentos voltados para a elaboração do planejamento, a construção da proposta pedagógica, a elaboração de material didático que contemple a integração entre a EJA e Educação Profissional, a elaboração de relatórios; e a implantação, implementação acompanhamento e avaliação do projeto. Esta formação deverá ser permanente e sistemática, enfocando ações de natureza política, técnico-pedagógica e administrativa.

Já o Documento Base PROEJA de ensino médio (BRASIL, 2007 b; p.60) destaca que:

a formação de professores e gestores objetiva a construção de um quadro de referência e a sistematização de concepções e práticas político-pedagógicas e metodológicas que orientem a continuidade do processo. Deve garantir a elaboração do planejamento das atividades do curso, a avaliação permanente do processo pedagógico e a socialização das experiências vivenciadas pelas turmas.

Para alcançar esses objetivos é necessário a ação em duas frentes: um programa de formação continuada sob a responsabilidade das instituições proponentes e programas de âmbito gerais fomentados ou organizados pela SETEC/MEC.

A SETEC/MEC como gestora nacional do PROEJA é a responsável pelo estabelecimento de programas especiais para a formação de formadores e para pesquisa em educação de jovens e adultos. O MEC é o responsável em efetivar um programa nacional de capacitação de docentes em parceria com os Estados, utilizando, inclusive, a modalidade de educação a distância, por meio de oferta de programas de especialização em educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, da articulação institucional (BRASIL, 2007b).

Sendo assim, para definir o perfil do educador da educação de jovens e adultos, deve-se avaliar o perfil da própria EJA, que se diferencia das modalidades regulares do ensino fundamental e médio. Deste modo, não basta aproveitar os professores de fundamental e médio e dar-lhes certa “reciclagem”, é importante reconhecer as especificidades dos estudantes da educação de jovens e adultos e a partir daí elaborar um perfil adequado do seu educador, bem como uma política específica para a formação desses educadores (ARROYO, 2006).

Bedoya e Teixeira (2008; p.66) em seu artigo “Perfil dos Professores da Educação de Jovens e Adultos”, nos diz que:

o professor da educação de jovens e adultos requer especificidades para trabalhar com seu público alvo, pois estes alunos possuem estratégias de sobrevivência na sociedade gráfica e letrada que devem ser consideradas durante a EJA e que os mesmos buscam na escola apropriar-se da tecnologia da leitura, da escrita e dos números para compreender e se inserir melhor no mundo globalizado.

O professor que trabalha com EJA ou PROEJA deve sempre buscar estimular o educando a adquirir uma consciência crítica dele mesmo e do mundo que o cerca, para que assim ele possa encontrar a sua posição na sociedade na qual está inserido. Para tanto, o professor deve utilizar como ferramentas os saberes científicos e sociais construído pela sociedade, assim como os conhecimentos trazidos por esses educandos para a sala de aula.

Esse é o grande desafio dessa modalidade de ensino, o de buscar significar aquilo que está sendo trabalhado em sala de aula, para que juntos, professores e alunos construam um

conhecimento sólido e representativo, que garanta a elevação social e intelectual desses educandos.

2.3. Educação Carcerária

Partindo do sentido original da palavra “prisão”, o dicionário Michaelis nos traz o seguinte significado:

1. apreensão, captura de uma pessoa;
2. pena de detenção que se deve cumprir na cadeia;
3. cadeia, cárcere (lugar destinado a prisão), xadrez;
4. tudo o que tira ou restringe a liberdade individual.

A prisão se fundamenta na privação de liberdade que é um bem pertencente a todos da mesma maneira, assim, perdê-la tem a conotação de castigo (FOUCAULT 1987 apud SANTOS, 2011), que se está pagando por algo que fez e não devia.

Até meados do século XIX a prisão era um lugar de contenção de pessoas, ou seja, apenas uma detenção. Assim, o sistema prisional não tinha nenhum intuito de requalificar presos, para que estivessem preparados para retornar ao convívio social. Foi somente após o desenvolvimento de programas de tratamento que essa proposta começou a tomar corpo nos sistemas prisionais brasileiros (SILVA, 2004.)

Muitos acreditavam que apenas o processo de detenção garantia a transformação dos indivíduos privados de liberdade, assim dentro das prisões não existia nada que propiciasse a requalificação do detento. No entanto, o fracasso desse sistema ficou claro quando se percebeu que os índices de criminalidade não diminuam e a reincidência era algo corriqueiro (FOUCAULT, 1987 apud SILVA, 2004).

Após esta situação, surgiu a necessidade de reformular o sistema prisional brasileiro, para que a ressocialização do preso fosse garantida. Assim, em 1890 com a promulgação do segundo código penal brasileiro surgiram as primeiras prisões e penitenciárias com caráter correcional. Com isso, procurou-se garantir a reciclagem do detento, buscando uma ressocialização e reintegração deste na sociedade (PEREIRA, 2008).

A EJA apresenta um importante papel na tarefa de ressocialização e reintegração do detento na sociedade, uma vez que ela pode propiciar que o indivíduo modifique a sua visão de mundo e de sociedade. Isso pode contribuir para que esse detento entenda seu papel e a sua importância para a sociedade na qual está inserido.

Pereira (2010; p.05) em sua dissertação – “A EJA como elevação cultural no sistema prisional de Ji-Paraná (Ro): por uma reflexão gramsciana” salienta que:

os subalternos que estão presos não podem se contentar com as migalhas que lhes são dadas, uma educação compensatória e uma falsa reeducação, isso os reduzem ainda mais à condição de escória social, fortalece o assistencialismo, além de não fazer brotar a utopia revolucionária, tão necessária nos momentos atuais.

Para que ocorra a reeducação e ressocialização de detentos é importante que haja uma mudança profunda no sistema carcerário, uma vez que esse é visto por muitos apenas como um espaço de privação de liberdade para pessoas que cometeram alguma infração. Esta visão prejudica muito a tentativa de implantar trabalhos de reeducação e ressocialização para detentos nesses espaços, uma vez que a assistência educacional acaba se afastando desse ambiente (PEREIRA, 2008).

Muitos são os fatores que dificultam o processo de ressocialização dos detentos, dentre os quais podemos citar a superlotação das prisões, as precárias e insalubres instalações físicas, a falta de treinamento dos funcionários responsáveis pela reeducação do preso e a condição social dos indivíduos. (SANTOS, 2005)

No entanto, a educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade é assegurada por lei.

A Lei de Execuções Penais nº 7.210 de 1984 (LEP), assegura não só a assistência educacional, mas outros direitos também, como a formação profissional do preso. Assim, cabe ao sistema penitenciário não apenas garantir a formação básica para esses detentos, mas também a educação profissional, para que assim ao sair da prisão o indivíduo possa estar qualificado para a vida em sociedade.

O documento internacional “Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros”, aprovado pelo Conselho Econômico e Social da ONU em 1957, prevê o acesso à educação de pessoas encarceradas. O documento afirma que:

devem ser tomadas medidas no sentido de melhorar a educação de todos os reclusos, incluindo instrução religiosa. A educação de analfabetos e jovens reclusos deve estar integrada no sistema educacional do país, para que depois da sua libertação possam continuar, sem dificuldades, a sua formação. Devem ser proporcionadas atividades de recreio e culturais em todos os estabelecimentos penitenciários em benefícios da saúde mental e física (CARREIRA; CARNEIRO, 2009; p.1).

Silva (2004) acredita que a educação oferecida para o indivíduo em situação de privação de liberdade auxilia muito no processo de reinserção dos presos na sociedade. Porém, é importante que esta educação seja realizada levando em consideração as

características dos detentos, ou seja, de forma bastante planejada. É importante que essa educação os faça refletir e superarem os estigmas sociais.

A EJA no sistema prisional deve sempre buscar que os educandos resgatem a auto-estima perdida. Isso contribuirá para a construção de uma autonomia na aprendizagem continuada ao longo da vida, que poderá alertá-lo para as escolhas que deverá fazer, assim como a influência dessas escolhas para si próprio e para a sociedade (SANTOS 2011).

Sobre isso, Gadotti (2004), diz que “Educar é libertar (...) dentro da prisão, a palavra e o diálogo continuam sendo a principal chave. A única força que move um preso é a liberdade; ela é a grande força de pensar”.

Então, diante destas situações, pode-se afirmar que há necessidade do desenvolvimento dentro das prisões de projetos educacionais que busquem a conscientização dos educandos, fazendo-os perceber a realidade e conseqüentemente seu lugar na história.

A Declaração de Hamburgo e o Plano de Ação para o Futuro, aprovados na 5ª Conferência Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos (Confitea), garantiram avanços para o direito das pessoas encarceradas em nível internacional, afirmando-o como parte do direito à educação de jovens e adultos no mundo. No item 47 do tema 8 do Plano de Ação de Hamburgo é explicitada a urgência de reconhecer o direito de todas as pessoas encarceradas à aprendizagem (CARREIRA; CARREIRA, 2009).

Ainda segundo Carreira e Carreira (2009) o Plano Nacional de Educação (PNE), lei aprovada pelo Congresso em 2001, estabelece que até 2011 o Brasil deve “implantar em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infrator e, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como formação profissional”.

A lei de execução Penal, nº 7.210/84 (LEP) na Seção V da Assistência Educacional prevê a educação no sistema prisional nos seus artigos 17, 18, 19, 20, e 21, conforme abaixo descrito:

Art. 17 – A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado;

Art. 18 – O ensino de 1º grau (Ensino Fundamental) será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa;

Art. 19 – O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico;

Parágrafo Único: A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20 – As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados;

Art. 21 – Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, providas de livros instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL, 1984).

As políticas de educação para jovens e adultos em privação de liberdade devem sempre contemplar as particularidades e as necessidades do contexto em que estão inseridos. No entanto, a educação de jovens e adultos desenvolvidas na prisão deve construir relações com a sociedade existente fora das prisões, para que assim seja possível modificar a realidade desses alunos e prepará-los para voltarem a viver em sociedade (PEREIRA 2010).

Silva (2004; p.07) em seu artigo “Paulo Freire e EJA aprisionado: uma relação necessária” afirma que:

Atuar na educação de pessoas jovens e adultas representa um dos maiores desafios da educação, pois se trata de uma ação educativa com um público, em sua maioria, incluído perversamente na sociedade. se já é difícil realizar um trabalho nas escolas do sistema educacional brasileiro, que requerem um apoio político-financeiro-pedagógico que atenda às necessidades de um trabalho qualitativo, maiores serão os desafios para concretizar uma prática docente na prisão. assim, exige-se muitas idéias e criatividade para enfrentar os desafios, especialmente em um contexto, de um lado, muito sofisticado e de outro, de extrema penúria.

Sendo assim, fica claro que é preciso implantar o ensino para pessoas em privação de liberdade quer seja em qualquer modalidade de ensino, visando, principalmente, que os encarcerados efetivamente façam parte da tão sonhada “educação para todos”.

Nesse sentido, Silva (2004) afirma que para que os estabelecimentos prisionais possam ofertar a EJA é necessário a existência de professores com formação para trabalhar com este público, assim como instalações adequadas e uma proposta pedagógica que contemple este público. No entanto, esta não é a realidade muitos presídios do Brasil, que muitas vezes não se encontram em condições de oferecer essa modalidade de ensino.

De acordo com Serrado Júnior (2009; p.06):

no caso do sistema penitenciário a educação oferecida, assim como o cumprimento de pena, é de responsabilidade do estado, sendo este o mantenedor e subsidiador das políticas públicas. E a busca por uma educação popular no sistema penitenciário, não significa arrancar do estado as suas prerrogativas constitucionais, antes queremos submetê-la à crítica sem negar suas contribuições históricas nem abdicar dos conteúdos formais da escola. Mas deve-se estar latente que a busca pela democratização do ensino implica a diminuição da burocracia estatal, o aumento de investimento específico na área, a melhoria da qualidade do ensino desenvolvido nas escolas públicas e carcerárias, a extinção do processo de exclusão enfim, a reflexão crítica de todos os envolvidos no processo de (re)inserção do preso à sociedade.

Silva (2004, p.16) enfatiza que para que se garanta uma educação de qualidade para todos do sistema penitenciário é importante que:

1. um regimento escolar próprio para o atendimento nos estabelecimentos de ensino do sistema prisional venha a ser criado, no intuito de preservar a unidade fisiológica, político-pedagógico estrutural e funcional das práticas de educação nas prisões;
2. seja elaborado um currículo próprio para educação nas prisões, que considere o tempo e o espaço do sujeito da EJA inseridos nesse contexto que enfrente os desafios que ele propõe em termos de sua reintegração social.
3. seja produzido material didático específico para educação no sistema penitenciário, para complementar os recursos da EJA disponibilizados;
4. cada Estado elabore seus projetos pedagógicos próprios para educação nas prisões contemplando as diferentes dimensões na educação e considerando a realidade do sistema prisional para a proposição das metodologias;
5. que proposta curricular seja elaborada a partir de um grupo de trabalho que ouça os sujeitos do processo educativo nas prisões.

Sendo assim, a prática docente na escola prisional deve ser voltada para a realidade do próprio âmbito da prisão e de suas especificidades, dos movimentos de auto-regulação, dos saberes já elaborados pelos presos explicitados em seus discursos, considerando seus ritmos de aprendizagem, suas necessidades/dificuldades articuladas aos diversos contextos, enfim uma escola que prepara o homem profissionalmente dentro de uma formação humana geral, que assegure a sua realização na totalidade (SILVA, 2004).

2.4. Prática da Leitura

A leitura é um conjunto de habilidades linguísticas e psicológicas, que envolve habilidade de decodificar palavras escritas e a capacidade de compreender textos escritos. Esse processo relaciona símbolos escritos a unidades de som e também constrói uma interpretação de textos escritos. Assim sendo, ler é dar sentido ao que está escrito, interpretar o que diz um texto, descobrir seu significado. É uma interação entre o pensamento ativo do leitor e o que diz o texto (SOARES, 2000).

Numa perspectiva de prática social a leitura é entendida como aquela que permite ao sujeito leitor participar de diferentes situações discursivas, nas quais seja possível atender à finalidade de interação pela linguagem. A concepção interacionista concebe que a leitura é o resultado da interação entre o autor, o texto e o leitor. A leitura como processo discursivo, apresenta o texto como lugar no qual autor e leitor interage por meio da materialidade do texto que se constrói concretamente a cada leitura, e que são mediados pelas condições de produção desde o momento em que o texto é produzido (OLIVEIRA, 2007; pgs: 01 e 02).

Nesta direção, a leitura é um dos principais fatores para a aquisição de conhecimento, pois é mais importante a leitura que a escrita, porque é através dela que o ser humano adquire cultura, tornando-se um indivíduo emancipado e autônomo socialmente. (SOARES, 2000)

A leitura é um dos elementos que constituem o processo de produção da escrita, mas não uma relação mecânica, pois os processos de leitura e de escrita são diferentes e revelam relações distintas com a linguagem. Não podemos afirmar que um bom leitor é alguém que escreve bem, por outro lado quem escreve bem não é necessariamente um bom leitor. Assim, a leitura fornece matéria-prima para a escrita, ou seja, o que escreve, também contribui para a constituição de modelos, isto é, o como escrever. (SANTOS; MORAIS, 2009)

O educando pode ter uma escrita ruim, cheia de imperfeições ou responder questões às vezes de forma incoerente, para a aprendizagem, mas pode ter um bom conhecimento do assunto através da leitura (CUSTÓDIO, 2000). Desta forma, a falta de hábito da leitura impede o aprimoramento da linguagem.

Ler é uma atividade essencial cultural da pessoa, uma vez que a leitura é uma atividade capaz de propiciar o sucesso acadêmico (OLIVEIRA, 2007).

Segundo Custódio (2000) a leitura não deve ser imposta, pois ninguém gosta de ler por obrigação. Os textos contidos nos livros didáticos levam sempre a uma síntese interpretativa e o educando pouco ou nada entende. A leitura deve permitir o questionamento, levar à comparação com outros textos e permitir a exploração semântica das palavras.

A prática da leitura deve ser utilizada em todas as disciplinas e não apenas em Língua Portuguesa ou Literatura, como ainda acontece em muitas escolas. Todos os professores de todas as disciplinas têm o mesmo dever de estimular o seu aluno a desenvolver essa prática. Pois leitor praticante não fica preso apenas a um tipo de leitura e sim a todas – jornais, revistas, histórias, quadrinhos, depoimentos, etc. – o que faz com que ele se destaque positivamente, ampliando os seus horizontes e procure as respostas dos seus por quês (BASTOS, 2008).

Para Allende e Condemarim (1987 apud CUSTÓDIO 2000; p.15):

O hábito da leitura tende a formar pessoas abertas ao intercâmbio, orientadas para o futuro, capazes de valorizar o planejamento e aceitar princípios técnicos e científicos. Este tipo de pessoa é, precisamente, o que permite um maior desenvolvimento social. Somente as pessoas situadas num mundo aberto são as que contribuem eficazmente para as iniciativas comunitárias de progresso e melhoria social.

A escola tem um papel fundamental na relação que o educando estabelece com a leitura, pois é responsável por esta formação (MOURA; VIEIRA, 2006). Não é possível

construirmos uma escola de leitores ficando restrita às metodologias e espaços repetitivos (COSTA et al., 2007).

Para Souza et al. (2007) na escola deve haver lugar para inúmeros tipos de textos/leituras como as que são encontradas no mundo social: textos que informam, sugerem, relatam, demonstram, tentam convencer e fazem sonhar.

A escola que não lê para os educandos está fadada ao insucesso. Fazer do livro didático o objeto de estudo do educando é não dar oportunidades de crescimento, não dar chances para refletir o mundo, decifrar e decodificar o texto, fazer inferências necessárias para relacionar partes de um texto num todo coerente (CUSTÓDIO, 2000).

Custódio (2000; p.16) faz a seguinte reflexão:

O aluno não se transforma em um leitor de um dia para outro, mas com a ajuda e estímulo pode percorrer um trajeto de concepções iniciais sobre o que é ler. E esse trajeto tem início a partir do momento em que as condições do meio lhe sejam favoráveis.

Mas para que haja estas condições favoráveis, tanto a escola quanto o professor têm que caminhar juntos. Pois o professor como agente transformador e pensando como um agente cultural no ambiente escolar não pode estar excluído de sua condição de leitor e de consumidor dos bens da cultura.

O professor, como mediador direto do educando, pode auxiliá-lo para que leia e tenha visão mais ampla (CUSTÓDIO, 2000). Sendo assim, acredita-se que a função primordial da escola é garantir que os educandos aprendam, de forma consciente e consistente, os conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade e transformados em saberes escolares. Assim como há de possibilitar também, que os alunos atuem criticamente em seu espaço social (SOUZA et al., 2007).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens a Adultos (BRASIL, 2000) reconhecem a importância de um ensino de leitura voltado ao processo de letramento, quando afirma que a leitura e a escrita são bens relevantes, de valor prático e simbólico, portanto, se não houver o acesso a graus elevados de letramento poderá ser particularmente danoso para que jovens e adultos conquistem a cidadania.

É sabido que os educandos da EJA têm suas especificidades, pois são, em sua maioria, sujeitos que já possuem família, que trabalham e que voltaram à escola para progredirem e poder recuperar o tempo perdido e isto, se torna um desafio aos educadores, e a escola em geral, que precisam motivar seus educandos ao estudo (OLIVEIRA, 1999). A partir desta

perspectiva, encontram-se grandes dificuldades no que se refere à efetivação da prática de leitura na sala de EJA.

Essas interferências no processo educativo da EJA devem ser tratadas com a complexidade necessária, pois essa modalidade de ensino, se bem trabalhada, irá levar o educando a uma mudança sócio-político-econômica (COSTA et al., 2007).

A escolha e seleção de textos para o alunado da EJA devem ser feitos de acordo com os objetos que atendam aos anseios desses estudantes, pois a leitura não só influencia no campo profissional, como também na vida particular das pessoas, pois elas passam a conhecer seus direitos e deveres, melhorando assim, a qualidade de vida (RIBEIRO, 2009).

Outro fator de suma importância na prática de leitura é optar por inovações na metodologia utilizada em sala de aula, ou seja, o professor deve abandonar o tradicionalismo e buscar novas maneiras de atrair o educando para o mundo da leitura e para isso, pode utilizar-se além dos livros e textos, de DVDs, computadores com acesso à internet, rádios, enfim, meios pelos quais os educandos sentir-se-ão atraídos (LIMA; PAVELACKI, 2005).

De acordo com Jolibert (1994 apud MOURA; VIEIRA 2009), o professor deve ainda proporcionar aos alunos situações de leitura que desperte e estimule o senso crítico do educando, elabore com a turma materiais de leitura como fichários, dicionários alfabéticos e ajude-os a desenvolver cada vez mais gosto pela leitura.

A escola e professores devem ainda, incentivar os educando a frequentarem bibliotecas, visitas às livrarias e feiras de livros, para que leiam e manuseiem livros e que tenham acesso às mais diversas fontes de informação, pois a facilidade da pesquisa na Internet favorece o pouco uso dos livros.

Se quer que seu aluno leia, leia com ele. Leia para ele. Não fique cobrando leitura e, pior, cobrando depois um dever sobre o que foi lido. Tire o dever da leitura. Não se cobra dever. Ler tem de ser a coisa mais prazerosa do mundo. O que o professor deve fazer é dar aula de como se gosta de ler. (...) E quem gosta de ler sabe escrever. (ZIRALDO 2006; p.40 apud LEMÕNS, 2009; p.13).

Então, o ensino de leitura poderá ser contextualizado, concreto, voltado à realidade social dos alunos da EJA e, ainda, poderá revelar a ideologia por trás dos sentidos atribuídos aos textos lidos. Nele preocupa-se com o processo de letramento. Enfatiza-se o papel ativo do professor e do aluno, pois se trata de um ensino dialógico, ao considerar os determinantes sociais de uma sociedade capitalista, dividida em grupos sociais e os conhecimentos valorizados socialmente (ALMEIDA, 2010).

3. METODOLOGIA

O trabalho em questão fundamentar-se-á numa pesquisa bibliográfica exploratória de algumas obras pertinentes ao assunto, interpretadas de modo dialético, exploratório e crítico.

A presente pesquisa se caracteriza por ser um estudo de campo exploratório, com uma amostragem não probabilística e por conveniência, do tipo quantitativo.

A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (SILVA; MENEZES, 2001). Já a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses (GIL, 2002).

Os dados foram coletados junto aos alunos da EJA Carcerária do Presídio Regional de Araranguá – SC. Para tanto, foram seguidos os seguintes passos: (a) apresentação do aplicador e exposição dos objetivos da pesquisa; (b) reiteração sobre o anonimato dos participantes e a confidencialidade de suas respostas; (c) informação sobre a livre deliberação de cada um em responder; e, por fim, (d) instruções específicas sobre a forma de responder aos questionários.

3.1. Presídio Regional de Araranguá – breve histórico

O Presídio Regional de Araranguá foi fundado no dia 31 de outubro de 1990 e foi constituído em sua fundação com capacidade para abrigar 44 detentos em 22 celas. Hoje, após novas adaptações e construções a capacidade total seria para 128 detentos, porém abriga 310 apenados entre homens e mulheres com idade entre 18 e 75 anos.

O Presídio Regional é uma instituição penal administrada pela estrutura do Governo do estado de Santa Catarina. Localiza-se na Rua Renato Carbonera, nº 500, bairro Polícia Rodoviária no município de Araranguá. O órgão é vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão – SSP/SC e subordinado ao Departamento de Administração Prisional – DEAP.

Entre os objetivos centrais do Presídio Regional, está o caráter punitivo, que visa, através das penas restritivas de liberdade, à punição de infratores das normas legais que regem a convivência social entre os indivíduos. Outro aspecto, de interesse social, caracteriza-se por ações ressocializantes que objetivam proporcionar as condições para a reinserção social dos detentos após o cumprimento de suas penas e a eventual saída do Presídio.

Desde o ano de 2010, o Presídio Regional desenvolve algumas atividades sociais que envolvem os detentos, tais como:

- aulas de ensino fundamental e médio, desenvolvidas através da EJA;
- palestra mensal com o AAA (Associação de Alcoólicos Anônimos);
- acompanhamento periódico dos detentos por grupos evangélicos e católicos;
- parceria em prestação de serviços com o Conselho Tutelar Prefeitura Municipal de Araranguá, hospitais, Centro de Apoio Psicossocial – CAPS;
- seminários, conferências, palestras;
- festividades em datas comemorativas como Natal, Dia das Crianças;
- parceria com empresas privadas para a confecção de grampos de roupas;
- atualmente, recém inaugurada a ala/clínica para dependentes químicos, com o intuito de ajudá-los na desintoxicação, para quando voltarem a sociedade, possam ter uma melhor qualidade de vida.

O Presídio Regional de Araranguá também recebe o apoio do Conselho da Comunidade para a assistência aos familiares dos detentos que não recebem auxílio reclusão.

No ano de 2010 foi montada uma biblioteca para o uso dos detentos. A biblioteca foi implantada através do Programa Arca das Letras, um programa do Governo Federal. Hoje o acervo conta com 546 livros catalogados. Além dos livros ganhos no Programa, há também os livros que chegaram através de doações feitas pela sociedade e pela família dos detentos. A Biblioteca não fica na sala de aula por uma questão de segurança, o acervo encontra-se na sala de Assistência Social e Psicológica, sendo que a prioridade é dada aos reeducandos, mas nada impede que funcionários e os demais detentos utilizem dos livros que fazem parte do acervo.

Os livros mais procurados pelos detentos são os de auto-ajuda, os religiosos e os de poesia. Dificilmente ocorre o extravio de livros, mesmo quando o detento sai da reclusão, faz questão de devolvê-lo para que não prejudique o acervo e possa servir aos demais detentos.

A “escola” como a “biblioteca” dentro do sistema carcerário representa para o reeducandos/detentos, uma oportunidade de poder mudar, de repensar o que deseja para seu futuro quando sair da reclusão, também se sentem felizes por saber que há pessoas que se importam com eles sem discriminação por estarem ali, privados de liberdade, pessoas estas que querem ajudá-los a ter uma vida melhor.

3.2. Participantes

Participaram da presente pesquisa 20 alunos do curso de Educação de Jovens e Adultos do Presídio Regional de Araranguá - SC. Dentre estes, 75% do sexo masculino, com idade média de 28,6 variando entre 20 e 47 anos, com prevalência da faixa etária dos 20 aos 30 anos (55%). A maioria é casada (55%), e possui o ensino fundamental completo.

A seleção dos alunos aos quais os questionários foram aplicados, compondo o estudo, foi intencional a partir da acessibilidade aos participantes e sua disponibilidade, ou seja, ser aluno da EJA do Presídio Regional de Araranguá. (Grifo nosso)

3.3 Instrumento de pesquisa

Escolhi utilizar como instrumento de pesquisa para a coleta de dados um questionário com 13 perguntas fechadas (ANEXO A), que foi elaborada de maneira a auxiliar a coleta de dados relativos à pesquisa.

Cervo e Bervian (2002) consideram que o questionário, muito utilizado em pesquisas na Educação, é a técnica de coleta de dados mais eficiente, pois possibilita medir com melhor precisão o que se deseja, além de ter como vantagem a coleta de informações mais reais.

3.4 Análise dos dados

Para a análise das respostas obtidas das questões objetivas, utilizou-se um padrão de contagem e aplicação de percentual, sendo os resultados apresentados em forma de gráficos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao questionar sobre o que costumam ler, seis educandos (30%) responderam que leem livros religiosos e outros seis (30%), responderam que leem outros materiais como, por exemplo, jornais e livros em geral sem gênero específico (Fig. 1).

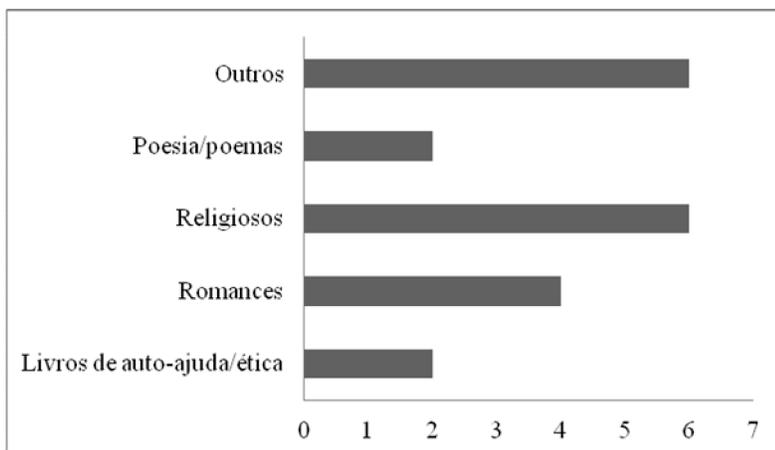


Figura 1 – Tipos de materiais que os alunos costumam ler

Em estudo similar desenvolvido por Santos e Moraes (2009) com alunos de curso PROEJA verificaram que o tipo de leitura mais apreciada é a religiosa, conforme os dados aqui levantados.

Entre os detentos é muito comum possuírem uma bíblia para poderem ler em momentos de ociosidade, este fato deve ter contribuído para que a leitura do gênero religioso tenha sido uma das mais citadas.

Com relação à frequência da leitura, 10 educandos (53%) responderam que leem uma vez por semana, quatro (21%) todos os dias, três (16%) duas vezes na semana, um (5%) três a quatro vezes na semana e um (5%) nenhuma vez (Fig. 2).

Ribeiro e Garcia (2009) analisando a prática de leitura de graduandos perceberam que a grande maioria dos alunos leem um livro por semana. A frequência da leitura costuma aumentar quando as pessoas passam a frequentar a escola, pois é na escola que há grande necessidade de leitura para que possam compreender os conteúdos ministrados pelos professores.

Assim, pode concluir que a frequência de leitura dos educandos entrevistados está relacionada ao fato de eles frequentarem a EJA.

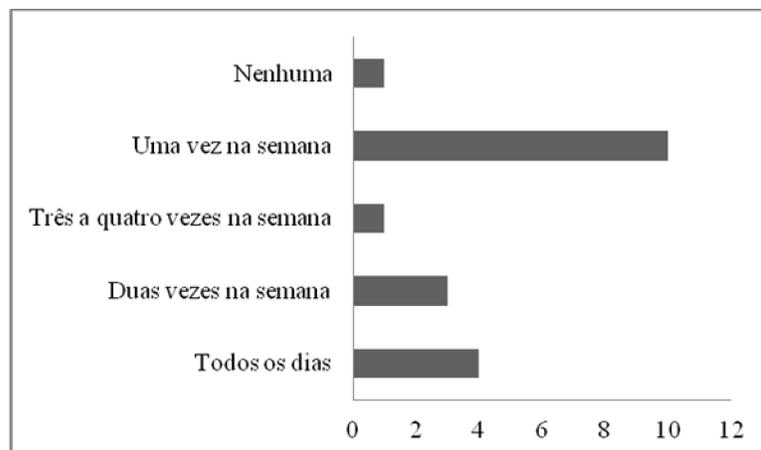


Figura 2 – Frequência com que os alunos leem

Perguntei também aos educandos sobre a quantidade de livros lidos por eles nos últimos seis meses, oito (40%) responderam que leem quatro livros ou mais, seis (30%) apenas um livro, três (15%) nenhum livro, dois (10%) três livros e um (5%) dois livros (Fig. 3).

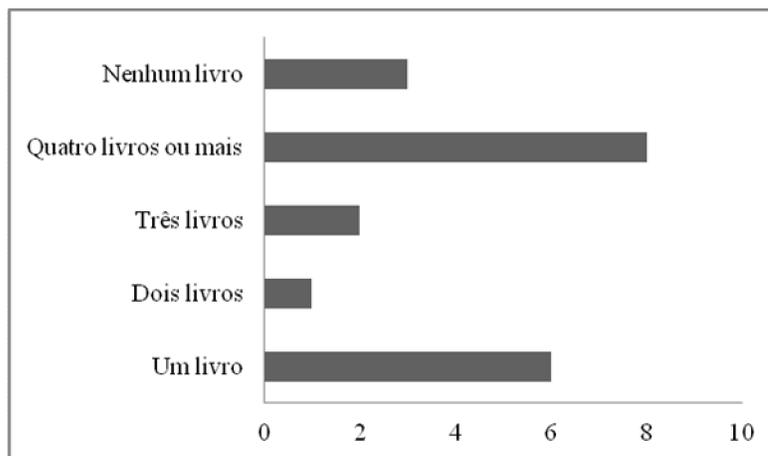


Figura 3 – Quantidade de livros lidos nos últimos seis meses pelos alunos

Santos e Moraes (2009) observaram que em seis meses os alunos de um curso PROEJA leram em média um livro e meio, sendo que o mais lido foi a Bíblia Sagrada.

Segundo Brasil (2010) o brasileiro costuma ler em média entre dois e cinco livros de forma completa em seis meses. Ainda segundo o mesmo estudo, a média anual per capita de livros lidos é de 1,9 livros ano.

É muito importante que os alunos desenvolvam o hábito da leitura, uma vez que esta permite que os mesmo melhorem a percepção de mundo que apresentam. Desta forma conclui que a quantidade de livros lidos é importante para que a leitura cumpra seu papel social.

O hábito da leitura varia conforme a criação, a educação, o ambiente familiar e escolar em que os indivíduos cresceram (RIBEIRO; GARCIA, 2009).

Outro questionamento feito aos alunos foi se eles se consideram um bom leitor? A grande maioria, 11 alunos respondeu que sim (55%) e nove alunos (45%) disseram que não (Fig. 4).

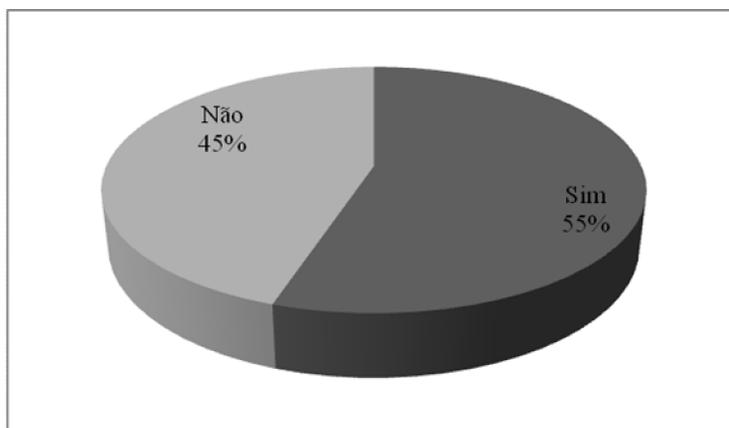


Figura 4 – Quantidade de alunos que se consideram bons ou maus leitores

Oliveira (2007) analisando as práticas de estudantes de curso de Pedagogia verificou que a grande maioria não se acha um bom leitor, contrariando os dados apresentados na presente pesquisa.

Esta resposta pode ser influenciada pela maneira como o aluno interpreta a pergunta. O educando pode entender que ele é um bom leitor quando ele sabe ler perfeitamente ou quando ele lê uma quantidade de livros considerável.

Oliveira (2007) afirma que para ser um bom leitor é necessário que o mesmo saiba compreender, interpretar, criticar e fazer uso do que lê. Ela afirma ainda que, o fator econômico é um grande determinante das condições para o leitor, influenciando desta forma no fato de serem bons ou maus leitores.

Para Gonçalves (2008) a diferença entre bons e maus leitores está na qualidade e na capacidade de organizar os conhecimentos prévios e nos processos cognitivos utilizados durante a prática da leitura.

Todos os alunos entrevistados, responderam que a vida seria diferente se não soubessem ler e escrever. Em estudo similar feito por Oliveira (2007) com estudantes de Pedagogia, ficou evidente que a vida seria diferente se não soubessem ler e escrever, deixando

claro que as respostas dadas abrem um leque de afirmações que demonstram os mais variados sentimentos, tais como: “seriam mais dependentes”, “que ficariam a mercê de outras pessoas”.

Assim, fica evidente que ler é indispensável na vida de um ser humano, pois é o ato de ler que o insere no meio social e o caracteriza como um cidadão participante, integrante da sociedade em que vive, alguém capaz e de pensamentos críticos e reflexivos.

Souza (2008) afirma que a leitura é um dos meios mais importantes para a consecução de novas aprendizagens, possibilita a construção e o fortalecimento de ideias e ações.

Moura e Vieira (2011) salientam que a leitura é fundamental para a inserção do ser humano na sociedade atual, uma vez que este hábito possibilita acesso às informações e instiga a criticidade, impulsionando as relações sociais dos mesmos.

Perguntamos também o que a leitura proporciona na vida dos educandos. A maioria dos educandos, 60% (12) afirmaram que leitura proporciona conhecimento, três (15%) prazer, três (15%) satisfação, um (5%) socialização e um (5%) afirmou que a leitura não proporciona nada a sua vida (Fig. 5).

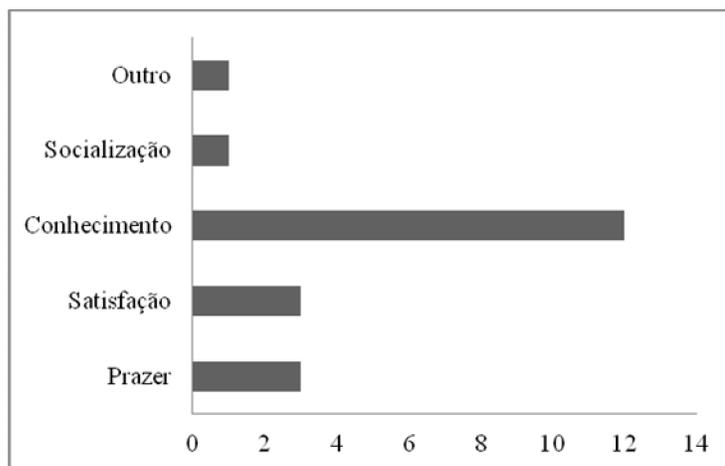


Figura 5 – Benefícios que a leitura proporciona na visão dos alunos

Souza (2008) afirma que a leitura traz uma série de benefícios para o indivíduo que a realiza, dentre as quais ele destaca: o resgate da cidadania, a devolução da autoestima, o desenvolvimento de um olhar crítico, o desenvolvimento de competências, a ampliação do vocabulário, a aprendizagem das obras, a formação de profissionais mais capacitados e competentes, a ampliação de horizontes e a integração social.

A leitura pode ser considerada uma forma de comunicação e aprendizagem que é capaz de orientar (GONÇALVES, 2008), estimular o pensar, o refletir e o agir dos indivíduos

que a realizam (SOUZA, 2008). Nesse sentido, a leitura é um artefato que possibilita a aquisição de conhecimento pelo indivíduo que desenvolve este hábito.

A leitura é um dos meios mais importantes para aquisição de novas aprendizagens, uma vez que possibilita a construção e o fortalecimento de ideias e ações. Por isso é importante conscientizar a sociedade que a leitura é algo relevante e capaz de formar uma sociedade consciente e crítica (SOUZA, 2008).

O que motiva mais os alunos a lerem é a busca por novos conhecimentos (9 = 45%), seguido da possibilidade de desenvolver aptidões do conhecimento e ideias (6 = 30%) e de para saber falar e escrever melhor (3 = 15%). Um dos educandos afirmou que a leitura não serve para nada e outro respondeu que lê para passar o tempo (Fig. 6).

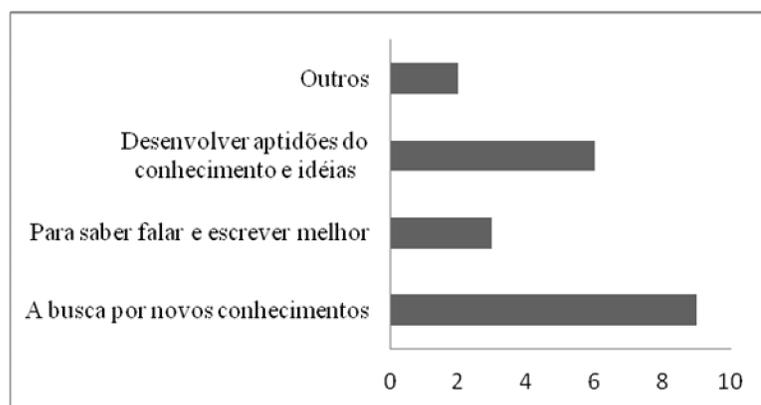


Figura 6 – Motivações dos alunos para realizarem a prática de leitura

Em um trabalho desenvolvido por Oliveira (2007) os educandos do curso de Pedagogia afirmaram que a maior motivação para a leitura está na busca de informações. As informações adquiridas durante a leitura pode de alguma forma modificar a maneira de ver o mundo, gerando uma criticidade até então inexistente.

A busca por novos conhecimentos é um dos fatores que motiva os educandos da EJA carcerária a ler. Esta busca pelo conhecimento pode auxiliar a estes educandos a se reinserirem na sociedade. Este dado sugere também que o desenvolvimento de atividades envolvendo a leitura pode ser facilitado uma vez que a maioria entende que esta prática pode trazer algo de positivo.

Indagamos aos alunos o que eles leem em caso de necessidade. A maioria dos educandos afirmou que leem por necessidade bulas de remédios (12 = 60%), seguida de dicionários (6 = 30%), manuais em geral (1 = 5%) e textos didáticos (1 = 5%) (Fig. 7).

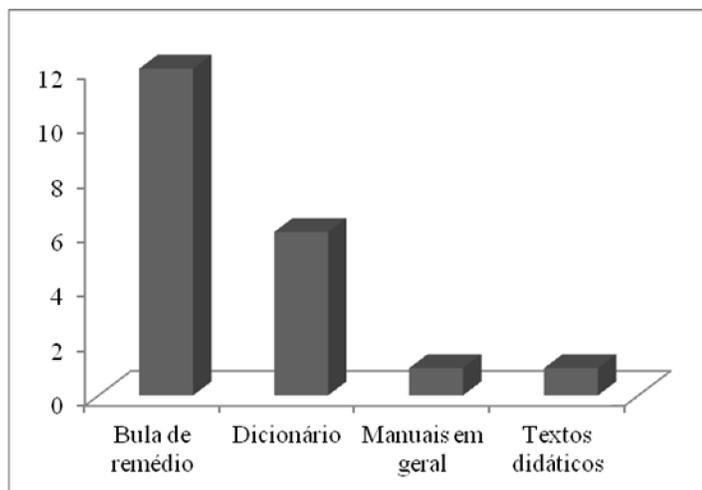


Figura 7 – Leituras que os alunos realizam por necessidade

Oliveira (2008) detectou em seu estudo que os educandos do curso de Pedagogia leem obrigatoriamente contas de luz, água e telefone, seguido de extrato de banco e fatura de cartão de crédito. Neste mesmo estudo, ela verificou que poucos alunos leem livros de forma obrigatória e pouco valorizam a leitura de livros, jornais e revistas.

O fato de a bula de remédio aparecer entre os materiais mais lidos por obrigatoriedade está relacionado ao instinto de sobrevivência. A leitura de bula de remédio é motivada pela busca de informações que não causem danos à saúde de usuários de remédios, Assim sendo é totalmente compreensível a presença desta como leitura obrigatória.

Quando questionados sobre quem os motiva a realizar a prática da leitura, oito educandos (40%) afirmaram que os professores são os maiores motivadores, seguido de familiares (5 = 25%), ninguém motivou a leitura (4 = 20%) e dos meios de comunicação (2 = 10%) (Fig. 8).

Ribeiro e Garcia (2009) observaram que entre graduandos de Biblioteconomia os professores são os que mais incentivam o hábito de leitura, seguido dos familiares. Santos e Moraes (2009) pesquisando alunos de curso PROEJA verificaram que os familiares, seguidos dos professores foram os maiores motivadores da leitura.

Nesta questão, fica evidente que nem sempre os alunos recebem dos familiares o apoio que precisam para fazer algo que lhes dá prazer, e sim através da escola na figura do professor que encontram o incentivo, o carinho para realizarem algo tão simples como o gesto pela leitura.

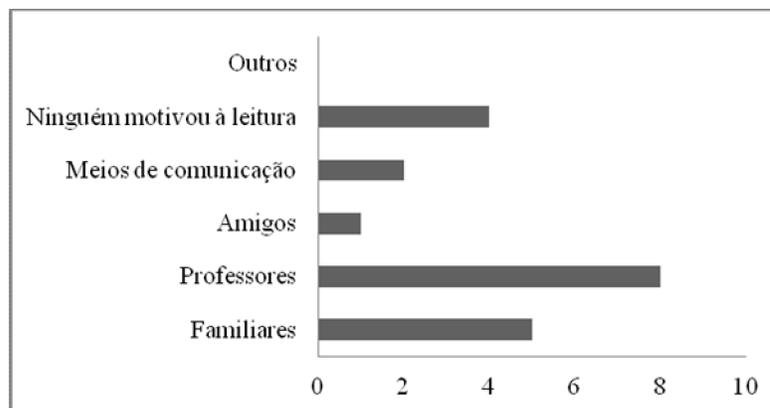


Figura 8 – Pessoas que motivam os alunos a lerem

Para que a população desenvolva o hábito da leitura é necessário que exista motivação, para que assim possam buscar informações de qualidade que garantam o acompanhamento das mudanças mundiais. Sem a motivação não há o querer ler, o querer aprender e o querer receber novos conhecimentos (SOUZA, 2008).

A escola se caracteriza como um espaço propício para a construção e reconstrução de conhecimento por meio da leitura. É nesse ambiente formal de ensino que geralmente a prática da leitura motivada pelas práticas dos professores. Desta forma, o docente tem um papel muito importante na formação de um cidadão com hábitos de leitura que possibilite uma melhor vivência em sociedade.

Questionei aos alunos se costumam discutir ou trocar ideias com outras pessoas com relação à leitura realizada. Grande parte dos educandos (11 = 55%) responderam que às vezes o fazem, cinco (25%) afirmaram que não e quatro (20%) disseram que sim (Fig. 9).

No trabalho desenvolvido por Oliveira (2007) com estudantes do curso de Pedagogia foi verificado que a maioria dos entrevistados costuma discutir as leituras com outras pessoas, sendo que os principais atores desta discussão são familiares e colegas de trabalho.

Para a autora acima citada a discussão das leituras realizadas é um momento muito importante para a troca de ideias, uma vez que ela garante a socialização do conhecimento, a interação entre o que foi lido por diversas pessoas, o questionamento de dúvidas que surgirem, a exposição de uma opinião e o processo de argumentação.

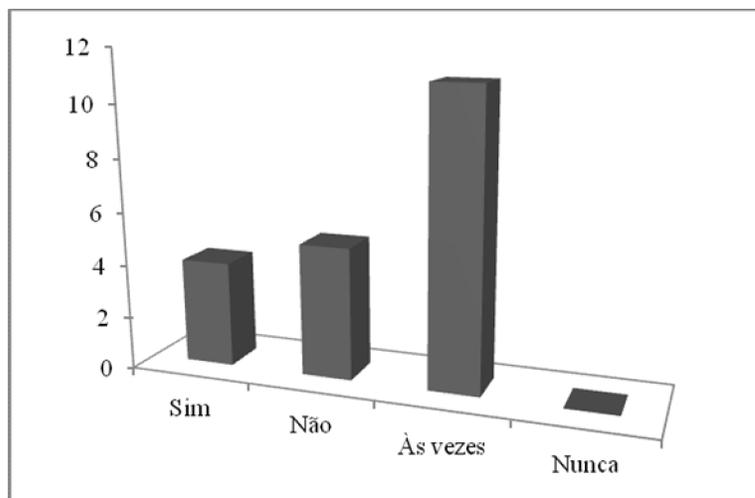


Figura 9 – Dados referentes ao ato de discutir e trocar ideias com outras pessoas em relação às leituras que realizam

É muito importante que os alunos da EJA desenvolvam o processo de discutir e trocar ideias com outras pessoas em relação ao que foi lido, pois somente assim ele garantirá uma maior amplitude do conhecimento gerado pela prática da leitura.

Questionei se os alunos costumam entender o contexto da leitura realizada, a maioria (9 = 45%) afirmou que quase sempre entendem, seguido de oito (40%) que responderam sim, dois (10%) às vezes e em (5%) não entende (Fig. 10).

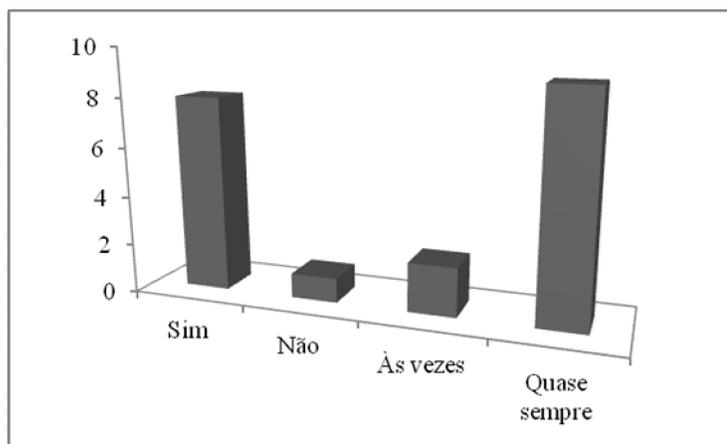


Figura 10 – Dados referentes ao entendimento do contexto da leitura pelos alunos

A facilidade que estes alunos encontram em entender o contexto do que estão lendo pode estar relacionada ao conhecimento prévio que trazem consigo. Estes conhecimentos garantem a estes alunos que à medida que vão lendo aparecem em sua consciência aquilo que já foi vivenciado por eles, o que possibilita assim a interpretação do que estão lendo.

É importante termos a consciência de que quando trabalhamos com alunos da EJA, esses chegam à escola carregados de um conhecimento que foi construído ao longo de sua vida. Durante o fazer pedagógico é importante que o professor saiba utilizar tais conhecimentos para a construção e a significação do aprendizado.

Não basta apenas saber ler um texto é importante também ter a capacidade de analisar, interpretar e conhecer para agregar valor à leitura. É importante que ocorra a interação do material lido com os conhecimentos do leitor, para que a prática tenha algum sucesso. Quando o indivíduo realiza a prática da leitura ele utiliza o conhecimento de mundo que apresenta e o conhecimento do texto para interpretar o que está lendo (SOUZA, 2008).

Perguntei também aos alunos que fatores dificultam a compreensão da leitura realizada por eles. Assim, nove alunos (45%) afirmaram que os barulhos/ruídos interferem na compreensão do que estão lendo. Além da falta de atenção e complexidade do conteúdo e da linguagem, citados por sete (35%) e dois (10%) alunos, respectivamente (Fig.11).

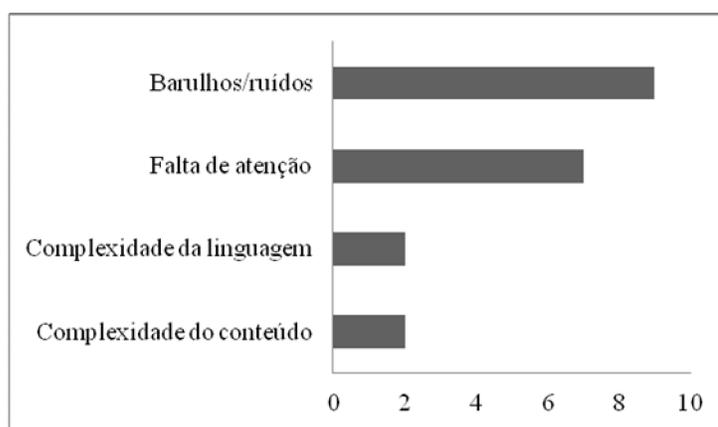


Figura 11 – Fatores que dificultam a compreensão da leitura pelos alunos

A pesquisa realizada Santos e Morais (2009) com alunos de curso de PROEJA constatou que a complexidade de conteúdo e da linguagem da leitura realizada é o principal fator que dificulta a compreensão da mesma. No entanto a presente pesquisa apontou como fator que contribui para a dificuldade da leitura os barulhos/ruídos.

Esta situação se deve ao fato de no Presídio Regional de Araranguá os detentos não realizarem suas leituras somente no momento das aulas, mas também após as mesmas. Assim, as celas onde estes ficam são compartilhas com outros detentos o que contribui para a presença dos barulhos/ruídos que interferem na prática de leitura.

Seria importante que existisse nesta instituição locais reservados para que estes detentos pudessem realizar sua leitura de forma silenciosa, garantindo assim o fácil entendimento da mesma.

Em se tratando de leitura e suas práticas, não poderíamos deixar de questionar, junto aos educandos privados de liberdade, sobre o que acham do acervo que encontram na biblioteca montada no presídio. Assim, 12 educandos (57%) responderam que poderia ser melhor, quatro (19%) acham bom, outros quatro (19%) reclamam da falta de acesso à biblioteca e um (5%) acha que o acervo e a biblioteca são ótimos (Fig. 12).

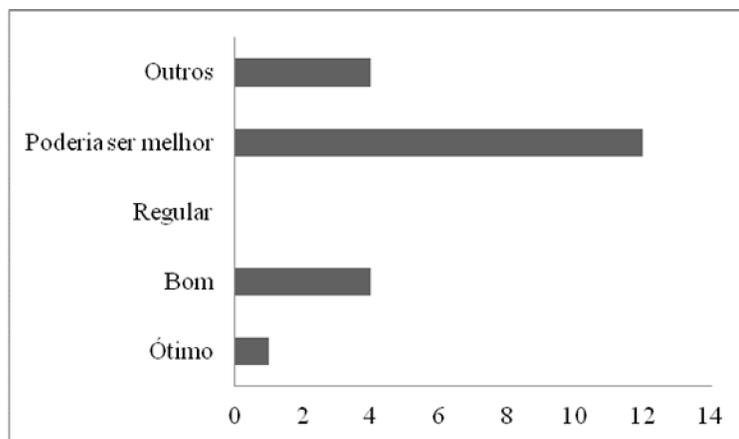


Figura 12 – Opinião dos alunos sobre a biblioteca e o acervo encontrados no Presídio Regional de Araranguá

A biblioteca é um espaço importante para o exercício da prática de leitura, uma vez que ela apresenta um acervo que pode auxiliar aos educandos a desenvolverem esse hábito. Esse espaço contribui com o processo de construção e reconstrução do conhecimento, por meio da leitura, tendo assim o bibliotecário uma grande responsabilidade neste contexto.

As bibliotecas são os mais antigos espaços detentores de conhecimento, sendo assim, ela é considerada um polo de irradiação cultural significativo que apresenta um papel muito importante na motivação da prática da leitura (CARVALHO; GESTEIRA, 2006).

Desta forma, é muito importante que os educandos tenham acesso à biblioteca para que, assim, esse meio seja capaz de formar cidadãos com um hábito da leitura bastante presente em seu cotidiano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidenciado que os educandos da EJA do sistema prisional de Araranguá apresentam grande interesse em praticar o ato de leitura, pois para muitos é a única atividade realizada, além de ir à aula no período noturno.

Podemos perceber também, a necessidade de planejar e promover ainda mais atividades de leitura que ultrapassem os limites da sala de aula e do acervo que hoje se encontra no presídio. Isso pode possibilitar ao educando a construção de conhecimentos a partir da troca de experiências e da vivência em espaços de educação não formal no qual se encontram.

A finalidade da EJA Carcerária e do educador em promover atividades que ultrapassem os limites da sala de aula é a de possibilitar o conhecimento sobre o mundo que os circundam e suas relações sociais. Permitindo assim, aos jovens e adultos privados de liberdade a promoção da linguagem, ampliação dos saberes e a inteiração com o mundo que os espera fora dos muros e grades que hoje os cercam.

Para que o trabalho de leitura na EJA carcerária seja realizado de forma eficaz é importante que o educador possa compreender e perceber os agentes envolvidos e a realidade individual de cada um, pois cada um compreende e interpreta um texto lido de maneira diferente e o reporta a sua vivência.

A leitura não é só um prazer ou uma forma de satisfação, mas sim uma forma de adquirir conhecimento propiciando ao leitor uma experiência enriquecedora do entrelaçamento entre a leitura e a vida. Resultando ao leitor uma modificação em sua formação, ultrapassando então, a simples decodificação de sinais e levando-o ao mundo dos significados.

É evidente que a importância da leitura no universo do aluno da EJA carcerária, com suas diferentes aplicações, só poderá ser entendida quando analisada dentro de uma visão muito mais abrangente a respeito do papel da leitura na vida do leitor que participa do processo com toda a sua experiência de vida e de linguagem, num contexto determinado, com intenções e expectativas específicas.

Enfim, é importante lembrar que a prática de leitura faz o leitor criar, recriar, escrever, reescrever ou produzir outro texto resultante das experiências vividas, da interação social e do seu potencial linguístico. Por isso, a leitura deve ser vista como uma fonte inesgotável de pesquisa e não como uma simples decodificação de símbolos gráficos.

Pelo fato da pesquisa constatar ser a escola a maior responsável pela aquisição de informações e conhecimentos sobre a prática de leitura, isso reforça a importância e a necessidade de trabalhar tal prática na EJA carcerária de maneira mais eficaz, pois, assim, é possível entender a relação dos educandos com o meio e assim encaminhá-los para uma visão mais abrangente e crítica do mundo da leitura que os circundam.

Assim, pensando em ações futuras para o ensino da prática de leitura na EJA carcerária é necessário inteirar os educandos da importância do ato de ler e do processo histórico de construção de saberes que a leitura causa em suas vidas ampliando assim as suas possibilidades de conhecimento e satisfação.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. F. X. A. **Ensino de Leitura e Letramento na Educação de jovens e Adultos**. Revista Transdisciplinar de Letras, Educação e Cultura, v.2, n.11, 2010.

ARROYO, M. **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação, 2006.

BASTOS, R. C. P. S. **Aprendizagem Acelerada e Eficaz: a prática da leitura faz a diferença?** 2008. Disponível em: <www.copedin.com.br/images/stories/falamestre/aprendizagem.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2011.

BEDOYA, M.J.A.; TEIXEIRA, R.R.P. **Perfil dos professores da Educação de Jovens e Adultos**. ATHENA – Revista Científica de Educação, v. 10, n. 10, jan./jun. 2008.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acessado em: 20 de junho de 2011.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos**. Parecer CEB/CNE n.11, de 10 de MAIO de 2000.

BRASIL. **Decreto nº. 2.208, de 17 de abril de 1997**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/DF2208_97.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2011.

BRASIL. **Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Disponível em: <http://www.idep.ac.gov.br/docs/leg_fed/dec5154_04.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2011.

BRASIL. **Documento Base: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – Formação Inicial e Continuada / Ensino Fundamental**. Ministério da Educação: Brasília, 2007a.

BRASIL. **Documento Base: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio**. Ministério da Educação: Brasília, 2007b.

- BRASIL. **Lei de execução Penal, nº 7.210/84.** 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em 11 set. 2011.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acessado em: 15 de maio de 2011.
- BRASIL. **Hábitos de informação e formação de opinião da população brasileira.** Relatório de pesquisa quantitativa. Relatório consolidado. Brasília: Meta, 2010.
- BRITTO, L. P. L. **Caderno de Orientações Didáticas para EJA – Etapas Complementar e Final.** São Paulo: SME/DOT, 2010.
- CARDOSO, C.; VERNEQUE, F.; ALMEIDA, D. **PROEJA: possibilidades e entraves.** In: **SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**, 1, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.
- CARNIEL, D. **A Educação de Jovens e Adultos num contexto de política pública e a implantação do PROEJA no Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves.** 2009. 39f. Monografia (Especialização em Educação PROEJA) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2009.
- CARREIRA, D.; CARNEIRO, S. **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras.** São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009.
- CARVALHO, K.; GESTEIRA, I.A.L. **Organizações sociais na atual sociedade: espaços de leitura.** In: **O ideal de disseminar: novas perspectivas, outras percepções.** Salvador: Ediufa, 2006.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- COSTA, M. A. et al. **Práticas de Leitura na Primeira Etapa da Educação de Jovens e Adultos.** In: **CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL.** 16, 2007. Anais... Campinas, 2007.
- CURY, C.R.J. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Distrito Federal: Ministério da Educação. 2000.
- CUSTÓDIO, C. **Leitura de Textos Extra-escolares e a Leitura nos Meios de Comunicação.** 31f. Monografia (Graduação em Letras) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Araranguá, 2000.
- FERREIRA, S.P.A.; DIAS, M.G.B.B. **A Escola e o Ensino da Leitura.** *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v7, n.1, p.39-49, jan./jun. 2002.
- FRANCO, R.A.S.R.; SILVA, M.A. **Formação docente para o PROEJA.** In: **SENEPT – SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, 1, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2008.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido.** Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005.

GADOTTI, M. **Educação comunitária e economia popular.** São Paulo: Cortez, 2004.

GENTIL, V.K. **EJA: contexto histórico e desafios da formação docente.** 2003. Disponível em: <

http://www.drearaquaina.com.br/educ_diversidade/fc_eja/Municipios/texto_para_leitura_desafios_da_eja.pdf.> Acesso em: 11 de abril de 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, S. **Aprender a Ler e Compreensão do Texto: Processos Cognitivos e Estratégias de Ensino.** Revista Ibero Americana de Educación, n.48, 2008, pp.135-151.

HADDAD, S. **Tendências atuais na educação de jovens e adultos.** Em Aberto, Brasília, ano 11, n. 56, out./dez. 1992.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M.C. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação, n.14, 2000.

LEMÕES, A. I. **Construindo Leitores no PROEJA.** 2009. 14f. Monografia (Especialização em Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2009.

LIMA, Z. A.; PAVELACKI, L. F. **Prática de Leitura – uma visão filosófica.** In: **SEMINÁRIO INTERMUNICIPAL DE PESQUISA**, 8, 2005. **Anais...** Porto Alegre, 2005.

LOPES, A.N. **A leitura em sala de aula: desenvolvimento do hábito da leitura em turma de EJA.** 2011. 57f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia). Universidade do Estado da Bahia. 2011.

LUZ, E. **A educação dentro do sistema prisional como fator de inclusão social e ressocialização dos apenados, em regime fechado.** Revista Congrega Urcamp, n.1, 2010.

MOURA, A.A. S.; VIEIRA, M. A. L. **Um Estudo Sobre as Práticas de Leitura nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental.** In: **MOSTRA ACADÊMICA DA UNIMEP**, 9, 2011. **Anais...** Piracicaba, 2011.

MOURA, D. H. **O PROEJA e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Natal: Mimeo, 2006.

NESSRALLA, M. R.D. **Onde está o público do PROEJA? Considerações sobre a implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.** In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL: O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO TEMPO PRESENTE**, 5, 2009, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, 2009.

OLIVEIRA, A. A. **Práticas de Estudantes do Curso de Pedagogia da UFMT. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL**, 16, 2007. Anais... Campinas, 2007.

OLIVEIRA, M.K. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.** Revista Brasileira de Educação, n.12, 1999.

PEREIRA, E. F. **Ressocialização – A Educação no Sistema Carcerário.** 2008. Disponível em: <http://www.fab.com.br/fapciencia/002/edicao_2008/009.pdf> Acesso em: 21 de junho de 2011.

PEREIRA, L. C. **A EJA como Elevação Cultural no Sistema Prisional de Ji-Paraná-RO: Por uma reflexão Gramsciana.** 2010. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13522-13523-1-PB.pdf>> Acesso em: 21 de junho de 2011.

RAMOS, R.S.; OLIVEIRA, A.A. **A leitura como prática social no contexto penitenciário.** 2011. Disponível em: < <http://ntmterranova.blogspot.com/2011/09/leitura-como-pratica-social-no-contexto.html>>. Acesso em 15 de out. de 2011.

RIBEIRO, A. C.; GARCIA, D. X. **A Importância da Leitura para os Futuros Profissionais da Informação.** 2009. Disponível em: <http://www.ufg.br/this2/uploads/files/74/A_importancia_da_leitura_para_os_futuros_profissionais.pdf> Acesso em: 16 de junho de 2011.

RIBEIRO, M. M. et al. **Educação para Jovens e Adultos: ensino fundamental: proposta curricular para o 1º segmento**, São Paulo; Ação Educativa, Brasília ME C; 2001.

SALDANHA, L. **Histórico da EJA no Brasil.** 2009. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/articles/17677/1/historico-da-eja-no-brasil/pagina1.html>>. Acesso em: 04 de junho 2011.

SANT'ANNA, S.M.L. **A Educação de Jovens e Adultos: uma perspectiva histórica.** 2010. Disponível em: < http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo7/eja/contextualizacao_historica_da_EJA_sitamara.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2011.

SANTOS, A.; MORAIS, M. **Concepções e Práticas de Leitura dos Alunos e dos Professores do PROEJA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE E NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**, 4, 2009. Anais... Belém, 2009.

SANTOS, S. M. **Ressocialização através da educação.** 2011. Disponível em: < <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13522-13523-1-PB.pdf>> Acesso em: 28 de maio 2011.

SERRADO JUNIOR, J. V. **As contradições Implícitas e Explícitas sobre a Educação Oferecida no Sistema Penitenciário: Aplicações, Implicações e Conceitos Importantes.** In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 17, 2009. Anais... Campinas, 2009.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3.ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, M. C. V. **Paulo Freire e EJA Aprisionados: Uma Relação Necessária.** In: **ENCONTRO INTERNACIONAL DO FÓRUM PAULO FREIRE**, 4, 2004. Porto **Anais...** Porto, 2004.

SILVA, M. R. C. R.; CRUZ, C. L. S. **Educação Inclusiva: A Necessidade de uma Prática Pedagógica Reflexiva nas Prisões.** 2009. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:z3jxHqW1fXUJ:www.dppg.cba.ifmt.edu.br/phocadownload/PROEJA_TurmaIII/educao%2520inclusiva%2520necessidade%2520de%2520uma%2520prtica%2520pedaggica%2520reflexiva%2520nas%2520prises%2520-m> Acesso em: 12 de julho de 2011.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento.** São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, A. M. et al. **Leitura e escrita: pensando a prática pedagógica.** In: **SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO**, 1, 2007. **Anais...** Cascavel, 2007.

SOUZA, L. **A Importância da Leitura para a Formação de uma Sociedade Consciente.** 2008. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00001095/01/aimportanciadaleitura.pdf>>. Acesso em: 30 de junho de 2011.

STRELHOW, T.B. **Breve história sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** Revista HISTEDBR *On-line*, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

VERSIEUX, D.P. **O Proeja e a formação integral dos trabalhadores.** 2009. Disponível em: <www.senept.cefetmg.br/galerias/.../TerxaTema6Artigo20artito> Acesso em: 02 de junho 2011.

ANEXO



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO *LATU SENSU*
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA A EDUCAÇÃO BÁSICA
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS

PESQUISADOR
Clairza Nascimento dos Santos
ORIENTADOR
Prof MSc Samuel Costa
TÍTULO DO TRABALHO
Práticas de leitura de alunos da EJA em privação de liberdade do Presídio Regional de Araranguá, SC

Prezado(a) Aluno(a)

Este questionário faz parte da monografia da pós-graduanda **Clairza Nascimento dos Santos**, do Instituto Federal de Santa Catarina, campus de Araranguá intitulada **Prática de leitura dos alunos da EJA em privação de liberdade do município de Araranguá (SC): subsídios para o PROEJA**.

Ressaltamos que o questionário tem caráter anônimo e as respostas são confidenciais e não serão de forma alguma divulgadas, apenas a compilação dos resultados gerais, sem distinção de indivíduos.

Instruções para o preenchimento

1. Não existem respostas corretas e incorretas. Será útil na medida em que suas respostas forem sinceras.
2. Nenhuma questão tem mais de uma alternativa.

QUESTIONÁRIO

Gênero: () Masculino () Feminino

Idade: _____

Escolaridade: _____

Estado civil: _____

1) O que você costuma ler?

- livros de auto-ajuda/ética
- romances
- religiosos
- poesias/poemas
- outros _____

2) Com que frequência você lê?

- todos os dias
- duas vezes na semana
- três a quatro vezes na semana
- uma vez na semana

3) Qual a quantidade de livros lidos nos últimos seis meses?

- um livro
- dois livros
- três livros
- quatro livros ou mais
- nenhum livro

4) Você se considera um bom leitor?

- Sim Não

5) A sua vida seria diferente se não soubesse ler e escrever?

- Sim Não

6) O que a leitura proporciona na sua vida?

- prazer
- satisfação
- conhecimento
- socialização
- Outro _____

7) O que motiva você a ler mais?

- a busca por novos conhecimentos
- para saber falar e escrever melhor
- desenvolver aptidões do conhecimento e idéias
- outro _____

8) O que você lê por necessidade?

- bula de remédio
- manual em geral (eletrodomésticos, montagem de moveis, etc.)
- textos didáticos
- dicionários
- material de pesquisa

9) Quem o motivou a leitura?

- familiares
- professores
- amigos
- meios de comunicação
- ninguém motivou à leitura

outros _____

10) Você costuma discutir e trocar idéias com outras pessoas em relação às leituras que faz?

- Sim
- Não
- Às vezes
- Nunca

11) Você entende o contexto da leitura?

- Sim
- Não
- Às vezes
- Quase sempre

12) Qual o fator que dificulta a compreensão de uma leitura?

- complexidade do conteúdo
- complexidade da linguagem
- falta de atenção
- barulhos/ruídos

13) Qual a sua opinião sobre a biblioteca e o acervo que encontram no Presídio Regional?

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Poderia ser melhor
- Outros _____